Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SAUDAÇÃO AO POVO BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO, EM 30 DE DEZEMBRO DE 1974.

Brasileiros

Ao findar-se o ano de 1974, em meio à tradicional e auspiciosa quadra natalina, não poderia deixar de me dirigir a todos os brasileiros, com uma mensagem cálida de gratidão e de esperança — gratidão, pelo espírito de compreensão resignada e ação construtiva com que enfrentaram as inegáveis agruras deste ano, difícil para o mundo todo; e esperança bem fundamentada, em que, vencidos já os problemas mais graves e reajustadas as distorções mais perigosas, 1975 marcará nova etapa promissora no rumo ascendente do país a seus altos destinos.

Com nove meses, apenas, de Governo, não cabe fazer aqui uma prestação de contas, antecipando a que, por prescrição legal, me cumpre apresentar, ao Corpo Legislativo, no início de março próximo.

Oferecerei, tão-somente, à meditação dos brasileiros que me ouvem, no sagrado recesso de seus lares, uma interpretação, a largos traços,

do que foi o esforço até agora despendido pelo 4.º Governo da Revolução, no cumprimento da dignificante missão que lhe foi deferida.

Desde meados de 1973, já se prenunciavam desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo. Acentuava-se, dia a dia, a disrupção do sistema monetário internacional, sem que se lhe vislumbrasse solução adequada e eficaz, alcançando-se unanimidade, apenas, numa perplexidade geral, quase de todo paralisante. Os preços de matérias-primas e outros insumos essenciais e, sobretudo, os do petróleo e seus inúmeros derivados começaram a disparar, jogando para o alto as curvas de custo dos produtos intermediários e finais. Seguiu-se a crescente falta de liquidez no mercado internacional de capitais, asfixiando novos investimentos projetados e retardando os cronogramas de muitas unidades de produção, em vias de implantação. O comércio entre nações desativou-se celeremente, tolhido ademais por insólitos obstáculos artificiais de uma nova onda protecionista praticada até pelas nações de tradição mais liberal, todas às voltas com angustiantes problemas em seus deficitários balanços de pagamentos. A inflação — em recrudescimento — desafiando a engenhosidade dos economistas, acoplou-se à recessão econômica e ao espectro do desemprego contagiante, para compor esse fenômeno singular e quase paradoxal de generalizada estagnação com inflação. Tudo

isso, e mais as tensões sociais que se acumularam em conseqüência, num clima já de si propício aos surtos de violência irresponsável que se propagara pelas mais diversas regiões, desdobraram-se numa crise de confiança no futuro, a qual chegou a abalar a própria estrutura de nações mais estáveis, pela descrença na sabedoria e honestidade de propósitos de seus governantes, quando não no seu próprio sistema de Governo, antes reputado modelar.

Enquanto isso, o Brasil, por longos meses, se mantinha imune às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora, através tanto das trocas comerciais como dos contactos políticos e sociais, e progredia a taxas excepcionais de crescimento econômico, escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta nação que despertava para seu destino de grande potência.

Ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o meu Governo — e foi decisão muito meditada e conscientemente amadurecida nos prolongados estudos de situação a que procedeu — que se impunha, desde logo, dar ao país um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser, isso seria preferível a que se mantivesse superaquecida nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma

conjuntura mundial em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis. Contou-se, para tanto, com as virtudes inatas do povo brasileiro, compreensivo, tranqüilo e bom, capaz de resistir rudes golpes e suportar sacrifícios prolongados, com galhardia e ânimo forte. E não nos enganamos.

De fato, os seis primeiros meses deste Governo tiveram, como tônica, o combate persistente e decidido a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de 5%. À inflação própria, gerada no país, somou-se, inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente crescentes de produtos adquiridos no exterior — necessários, entretanto, não só a investimentos inadiáveis, mas principalmente ao próprio dinamismo de nosso parque industrial, ameaçado de grande ociosidade e, até mesmo, ao consumo direto de bens insubstituíveis.

Já por volta de setembro, a inflação, ainda da ordem de 1,7% ao mês, tornou-se tolerável e, o que mais importa, desde então está sob um suficiente grau de controle que permite mantê-la mais ou menos estabilizada. Assim, chegamos a dezembro com um índice inferior a 34% ao ano.

Se considerarmos que nos Estados Unidos da América e na Europa (exceção feita da Alemanha), as taxas anuais de inflação, dependendo do país e do tipo de indicador adotado, situar-

se-ão entre 15 e 25% e que no Japão se elevarão a 30 ou 35%, concluiremos que atingimos posição bastante satisfatória, principalmente porque o mecanismo compensatório da correção monetária assegura, entre nós, elevada capacidade de absorção, pela economia, de índices bem mais elevados de inflação do que nos demais países. Tanto assim que, convivendo com aquele elevado nível de inflação, conseguimos expandir nosso Produto Interno Bruto, em 1974, à taxa de cerca de 10%, enquanto países do mundo desenvolvido apresentam índices de crescimento irrisórios quando não se mantiveram estagnados e, na sua generalidade, com elevados contingentes de trabalhadores desempregados.

Durante o semestre, primeira fase do meu Governo, a par desse persistente combate à inflação e a despeito de sucessivas preocupações de emergência com calamidades que assolaram o país do norte ao sul, inclusive graves surtos epidêmicos, cuidou-se principalmente: de sanear, com o mínimo de abalos mas com determinação, o mercado financeiro nacional; de rearticular o dispositivo governamental de tomada das decisões no mais alto nível; de reajustar a organização da administração pública com a eliminação de órgãos supérfluos ou redundantes e a criação, de real importância, do Ministério da Previdência e Assistência Social, desdobrado do Ministério do Trabalho; e de elaborar, como cumpria, em continuidade com o planejamento do governo

anterior, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o orçamento plurianual e o de 1975, documentos submetidos ao Congresso Nacional que houve por bem aprová-los com a necessária presteza e valiosa colaboração, a despeito de tratar-se de um ano eleitoral e, por isso, tão absorvente em atividades políticas partidárias.

Registre-se, nesse quadro, a preocupação fundamental que teve o Governo de implantar um sistema amplificado de natureza colegiada, para o assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas decisões principais. Assim, além do Conselho de Ministros e do Conselho de Segurança Nacional e do Alto-Comando das Forças Armadas, já existentes, criaram-se dois outros órgãos setoriais de alto nível — o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social — além do funcionamento informal e tentativo de um Conselho para o desenvolvimento político que espero possa vir, nos próximos anos, a assumir papel igualmente relevante.

A respeito, não parece demasiado salientar que essa reorganização traduz uma filosofia para tomada de decisões governamentais que talvez ainda não tenha sido bem entendida e apreciada. É que tais Conselhos, órgãos criados para o livre debate dos problemas setoriais que interessam a vários Ministérios afins, asseguram um processo de discussão inteiramente arejada, a devida consideração dos diversos ângulos sob

os quais cada problema exige análise e avaliação, maior amplitude e integração mais perfeita, portanto, das soluções adotadas pelo Chefe responsável e, ainda mais fácil coordenação das atividades atribuídas, em conseqüência, a cada Ministério interessado, já na fase executória. Daí, serem até mesmo estimuladas as divergências de opinião entre os participantes, o que tem contribuído na prática, quando estas extravasam, prematuramente, ao conhecimento público, para uma imagem falsa de descoordenação, quando, na realidade, o que se impõe é que haja disciplina e unidade de pensamento e de ação, mas somente depois de bem assentada uma decisão final. Sem dúvida, o processo poderá ser demorado, mas por outro lado, ganha em segurança e confiabilidade, a coberto de posteriores modificações substanciais ou recuos das decisões anunciadas. Ao mesmo tempo, abre-se maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, os quais poderão ser aproveitados pelas partes interessadas para que apresentem pontos de vista e sugestões, uma vez que problemas de maior amplitude, submetidos a qualquer um dos Ministérios participantes, acabarão por atingir a mesa colegiada de debates.

Preocupação importante do Governo tem sido a de obter melhor administração da justiça no País. Com essa finalidade, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, atendendo solicitação que lhe fiz, promoveu exaustivo levantamento

— verdadeiro diagnóstico — da atual situação do Poder Judiciário e que servirá de base para a reforma que se impõe.

O Poder Executivo cuidou também, desde a primeira hora, de assegurar um harmonioso relacionamento com a classe política e, em particular, com os representantes do povo no Congresso Nacional. E isso, a despeito da atuação que dele exigia, sobretudo na primeira fase de exercício do Poder, a preocupante conjuntura econômico-financeira, tanto no âmbito interno como no amplo panorama internacional, tão pleno de obstáculos, restrições e de novas e ameaçadoras turbulências.

Quanto a este último campo — o internacional — pôde o Governo atuar com a maior liberdade de ação, imprimindo à política externa do país, desde os primeiros dias, um dinamismo acrescido, para reajustamentos impostergáveis em nosso relacionamento com variadas áreas estratégicas. E buscou-se, sobretudo, desde logo, desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e, ao mesmo passo, ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos, segundo fórmula que acabaria por ser caracterizada como a de um «pragmatismo responsável e ecumênico». O Brasil assim continuou, conscientemente e cada vez mais, a exercer o papel que lhe cabe no contexto mundial,

sem preconceitos descabidos e sem temores injustificados, na defesa de seus próprios interesses e da paz internacional.

Entrementes, chegou afinal a desejada segunda fase em que se atingiu, no desgastante combate continuado à inflação, satisfatório platô de estabilização e de controle. Mudou-se, então a tônica das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do país, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos maciços nas áreas das indústrias de base e da infra-estrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo de substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração de matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de serviços num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora. Para isto, procedeu-se à revisão da antiga fórmula de reajustamento salarial, adequando-a melhor às novas realidades da vida econômica e reduziram-se os encargos individuais do sistema nacional da habitação.

A par disso, buscou-se ajustar o sistema tributário a padrões mais eqüitativos de progres-

sividade fiscal. E atenção muito especial passou a ser consagrada, em particular, ao quadro, já então crítico, do nosso balanço de pagamentos, restringindo-se ao máximo a pauta das importações, com bloqueio à entrada de bens suntuários ou de produtos quaisquer que encontrem sucedâneo no mercado produtor do país, e aumentando-se a agressividade na colocação, no exterior, de nossos produtos, com o que conseguimos elevar o valor das exportações, em 1974, de cerca de 25% sobre a marca atingida no ano anterior.

Procedeu-se, dessa forma, completando a execução do I PND, a uma etapa de transição para a implantação, a partir de 1975, do II Plano, no qual vem claramente enunciada e traduzida, com apoio em recursos que montam a 760 bilhões de cruzeiros, a preocupação dominante quanto ao desenvolvimento social — educação do povo, saneamento básico, saúde pública, transporte de massas nas grandes metrópoles, habitação popular — e, ao mesmo tempo, quanto à mobilização efetiva do enorme potencial do mercado brasileiro, para colocar-nos a coberto de perigosas flutuações bruscas ou deterioração mais continuada no fluxo do comércio internacional.

Objetivou-se, de outro lado, através do II PND, dar continuidade às iniciativas já examinadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social nas áreas do trabalho e da previdência e assistência social, em particular à mulher e à criança,

de proteção mais atenta e eficaz ao trabalhador das cidades e do campo contra os perigos dos acidentes, da doença, do desemprego, da velhice, da falta de teto, da miséria econômica e orgânica; delineou-se uma nova política de desenvolvimento das atividades agropecuárias na vasta hinterlândia do Brasil, ainda tão abandonada, inclusive intensificando-se sobremaneira o processo de regularização fundiária. E desencadearam-se planos objetivos e integrados para o desenvolvimento de áreas-problemas e zonas marginalizadas, com vistas principalmente à redução das disparidades regionais que, apesar de continuados esforços através de anos, ainda persistem a desafiar a capacidade dos governantes, a traumatizar a consciência nacional e a macular a imagem do país no exterior.

Nesse quadro, realizaram-se a 15 de novembro as eleições de senadores, deputados federais e estaduais, num ambiente de perfeita ordem e ampla liberdade.

Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral, sem coações ou restrições, a não ser as interferências legais da Justiça para refrear injustificáveis desmandos, e, também, garantiu o maior respeito à decisão de cada cidadão no recesso da cabine eleitoral, ao escolher seus candidatos, liberto da influência corruptora do

poderio econômico e das pressões arbitrárias do autoritarismo. É certo que abusos deverão ter ocorrido ainda, aqui e acolá, mas a legislação visando a coibi-los demonstrou-se experiência válida que importa aperfeiçoar e, se necessário, ampliar, arrimando-a em organização mais eficiente.

Maior é, no entanto, a satisfação que colho desta importante prova a que se submeteram o Governo da Revolução, os Partidos e o povo em geral, ao ver que este acreditou nas intenções proclamadas e na palavra de seu Presidente, votando sem o medo que abastarda o voto, nem o ódio que o rebaixa a níveis mesquinhos de irracionalidade.

Congratulo-me, portanto, com o povo que maciçamente acorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos, mediante um comparecimento da ordem de oitenta por cento, justamente quando falece crença semelhante nas maiores e melhor estruturadas democracias do mundo, assaltadas pela apatia e indiferentes a seus próprios destinos políticos. A nossa Revolução não poderia dar desmentido mais cabal — que o representado por essa afluência às urnas — a todos os detratores, daqui e de além-mar, que exprobam e distorcem a imagem desta nossa árdua e autêntica tarefa de revitalização dos mais profundos anseios democráticos que nos inspiram e impulsionam, através de acertos e, sem dúvida, de erros também, numa escalada

penosa, mas incessante, a níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento econômico, social e político.

E cabe, em particular, congratular-me vivamente com a grande maioria de jovens, participando muitos pela primeira vez, com entusiasmo, da mobilização eleitoral que se processou em curto período de poucos meses, e assim, fazendo o indispensável aprendizado para as responsabilidades que, em futuro próximo, lhes serão necessariamente delegadas na vida pública nacional.

Ressentimentos — e não há razões para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento — que até seria compreensível — ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplinando-se, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória e voltado agora, como antevejo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande nação que nosso povo merece — livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social.

Congratulações merecem por igual, sem dúvida, todos aqueles que na Aliança Renovadora Nacional, partido do Governo, se esforçaram, leal e sinceramente, para que a organização

partidária que integram em funções de maior ou menor hierarquia, tivesse êxito nas eleições. A eles se deve, em grande parte — vale reconhecê-lo — que a ARENA, além de manter a maioria superior a dois terços que as regras do pleito, desde o início, já quase lhe asseguravam no Senado, conquistou maioria absoluta na votação proporcional da Câmara dos Deputados — a verdadeira votação de legenda — sobrepondo-se ao partido contrário, ademais, na contagem total dos votos. O inegável progresso obtido pelo MDB, sobretudo com a maioria atingida em cinco Assembléias Legislativas — três das quais correspondendo a Estados que estão entre aqueles de mais numerosos colégios eleitorais — não lhes deve causar, aos arenistas, desânimo maior. Na verdade, é essa vitória do partido contrário que legitima, sem discussão, a maioria da ARENA, como partido do governo, nas Assembléias de 16 Estados da Federação e, notadamente, no Congresso Nacional. O episódio servir-lhes-á, sem dúvida, de estímulo à indispensável reestruturação da agremiação, a partir de suas bases; à renovação e rejuvenescimento de seus quadros; à coesão maior em torno do programa do Governo que bem merece ser lido e meditado, olhos postos no porvir melhor que deve ser a meta suprema de todos os nossos esforços — conscientes como estamos das dificuldades da hora presente, neste grande e promissor país que, contudo, não se pode manter

a salvo das inopinadas tempestades que, lá fora, abalam as mais sólidas estruturas econômicas e políticas.

Acresce mencionar, para melhor entendimento da realidade dos fatos, que a ARENA aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As conseqüências estão agora à vista. Sirva isso de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou contenha a inevitável luta de facções. Na ARENA, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissenções internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário. Que este contacto inesperado com a realidade lhes sirva, aos homens do Partido, e sirva também ao Governo como sirva à própria oposição, inegavelmente surpreendida que foi, por igual, com os resultados alcançados, para meditação e análise fria e objetiva dessa mesma realidade dinâmica do universo social e político do Brasil de hoje. Ela deve ser, efetivamente, fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos esforços, se é que desejamos conscientemente fazer desta nação

um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos.

Que o partido único é uma contrafação, creio estar evidenciado, com clareza meridiana. E, pois, nem vejo por que levantar bandeiras de união nacional, se é certo que unicamente através do jogo democrático leal entre os partidos pode a própria democracia brotar e vicejar e fortalecer-se. Nem está o Brasil ante perigos graves à sua segurança efetiva ou à viabilidade do projeto nacional de desenvolvimento, para que se deva, em sã razão, recorrer a tal expediente de salvação, justificável apenas em casos como esses.

Por outro lado, vale deduzir-se da lição de ciência política que aí está à vista de todos que tenham olhos de ver, mesmo dos mais descrentes, que o bipartidarismo é também viável neste país como em tantos outros, embora tenha surgido com organizações artificiais na origem, criadas ao calor de crises profundas e sem raízes em passado mais remoto. O teste irrefutável destas eleições em que houve abstenção mínima e parcela reduzida de votos em branco num eleitorado de algumas dezenas de milhões, disperso por imensa base física ainda de todo não entrecortada de estradas, mostrou que os dois partidos existentes, apesar de todos os pesares, puderam servir afinal de desaguadouro por onde se canalizaram as múltiplas aspirações e os mais variados protestos de uma população extremamente diver-

sificada e esparsa. Um terceiro, um quarto partido — para não falar na comprovada atomização resultante de um espectro mais amplo — poderiam debilitar os partidos que temos, descaracterizando-os ainda mais e tolhendo-lhes, talvez, quase ao nascedouro ainda, as reais perspectivas que ora se lhes oferecem de se afirmarem e legitimarem.

Certo estou de que não devemos açodar-nos, reeditando experiências dantes frustradas. O que se impõe, ao contrário, é ter fé, é ter confiança em que a estrutura atual pode ser melhorada e atingir, ao cabo, patamar satisfatório de operacionalidade, num quadro genuinamente democrático.

Para isso, precisamos admitir, conscientemente, que o sistema a que aderimos só virá demonstrar suas reais e superiores potencialidades se tivermos persistência coerente em sua implementação e no seu paulatino e constante aperfeiçoamento.

Nesse sistema não há lugar, nem deverá haver, para irresponsáveis atitudes de pura contestação às próprias regras do jogo democrático. Valer-se das franquias democráticas para destruí-las na primeira oportunidade que se lhes apresente, é tática sediça, tantas vezes denunciada, mas nem por isso menos eficiente nas conjunturas a ela propícias, de apatia, de insegurança ou de medo quanto ao futuro de que se têm valido sempre os eternos inimigos da

democracia, para solapá-la aos poucos e, ao fim, liquidá-la.

Ao Governo cabe-lhe velar para que isso não ocorra. E, pois, os instrumentos de exceção que lhe foram deferidos à sua instauração, não os relegarei de forma alguma; antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso país.

Passado o prélio das urnas, eu vos concito, cidadãos de todos os quadrantes do território brasileiro, a redobrar esforços no trabalho do dia-a-dia. Prosseguiremos incansáveis na implementação efetiva do II Plano Nacional de Desenvolvimento, inspirados no princípio que, desde a primeira hora, assim defini: «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional».

O ano de 1975 encontra-nos bem melhor aparelhados para enfrentar as dificuldades, de origem sobretudo exterior, que ainda continuarão a nos assaltar. A inflação está controlada; as distorções mais sérias foram corrigidas. Não há desemprego. Prenunciam-se boas safras de norte a sul. A indústria continua em expansão. E tanto nesse setor, como na agropecuária e no comércio, a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do governo. Novas e importantes reservas minerais — ferro, manganês,

zinco, bauxita, caulim, linhito e, particularmente, fosfato — estão sendo descobertas, em larga escala, e, presentemente, em fase de avaliação, para que, em curto prazo, venham a ser exploradas. Excessos de importações, muitos deles de fundo especulativo, acumularam estoques vultosos de muitos produtos que, agora e necessariamente, terão de ser entregues ao consumo, aliviando substancialmente nossa balança comercial. O Brasil afirmou-se ainda mais, no confronto mundial, como um oásis de tranqüilidade e de ordem, de estabilidade política e de generosas e multiformes oportunidades de investimento. Por isso e apesar da quase generalizada iliquidez internacional, continuará o afluxo de capitais, tanto de empréstimo, como de risco, graças também a novas alternativas que se entreabrem, cheias de potencialidade. A recente descoberta de promissoras jazidas de petróleo na plataforma nordestina e, principalmente, ao largo da costa de Campos, no novo Estado do Rio de Janeiro, coroando longo período de exaustivas pesquisas da Petrobrás, amplia-nos, desde logo, a credibilidade nos círculos financeiros internacionais. E o que é mais importante, abre-nos a perspectiva segura, daqui a poucos anos de trabalhos intensivos de avaliação e desenvolvimento, de ampliar expressivamente a produção nacional de petróleo, sendo possível admitir-se mesmo que há perspectivas reais de que venhamos a alcançar, com essa produção,

níveis de auto-suficiência no setor estratégico da energia, complementando as disponibilidades de recursos hidrelétricos, carboníferos e nucleares, todos objeto de amplos e acelerados programas de exploração.

O Brasil — hoje em busca ainda de seus altos destinos — será proximamente um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas.

Esse é o Brasil que estamos construindo com redobrados esforços e os ásperos sacrifícios de hoje e de amanhã. É dever nosso, dos mais justos e honrosos, fazê-lo, com ardor e com fé, para legar às gerações futuras uma nação engrandecida. Congregados assim, por esse alevantado ideal, esperemos em Deus que 1975 seja um ano pleno de realizações e de felicidade para todos os que vivem nesta pátria brasileira.